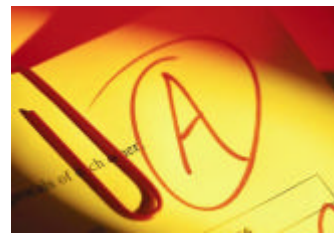


LISTA A



eleições conselho geral
universidade coimbra
30 março

MANIFESTO ELEITORAL

Por que é tão importante eleger um representante dos Doutorandos no Conselho Geral da Universidade de Coimbra

De acordo com dados do MTCES, os estudantes de Doutoramento representam actualmente 6% do universo de alunos que frequentam a Universidade de Coimbra (cerca de 1.600 estudantes no ano lectivo de 2008/09). Há cinco anos atrás, estes alunos representavam apenas 3%, o que significa que *o peso relativo dos doutoramentos duplicou num curtíssimo espaço de tempo*.

Contudo, a imagem que persistentemente prevalece, junto da comunidade académica, é a de que os doutoramentos têm um significado residual, exterior e até, em certo sentido, marginal às instituições. De facto, quando se pensa em formação universitária tem-se sobretudo em mente as licenciaturas e os mestrados. Do mesmo modo que, quando se pensa em alunos do ensino superior, *os doutorandos tendem a não ser vistos como parte plenamente integrante da comunidade estudantil*, sendo por isso, em regra, encarados pelos seus pares e pelas instituições em que se inserem como uma espécie de “mundo à parte”.

A relevância crescente dos doutoramentos no ensino superior não deve, porém, ser interpretada como uma mera questão de números. Enquanto expressão dos estudos avançados que as instituições promovem, os alunos de doutoramento representam *um dos elos mais relevantes da desejável aliança entre o ensino e a investigação científica*, ou seja, os dois pilares essenciais em que deve assentar a actividade das instituições de ensino superior.

Dotados de uma especificidade própria enquanto alunos (na medida em que simultaneamente aprendem e produzem investigação), e à semelhança do que sucede com os docentes e restantes investigadores de uma universidade, *os estudantes de doutoramento representam no exterior, em diversos contextos, a instituição em que se inserem*, ao participar activamente em conferências ou ao publicar em revistas e outras obras científicas, nacionais ou estrangeiras.

Não é hoje possível, de facto, interpretar correctamente o desenvolvimento recente das unidades de I&D e a sua capacidade de afirmação, internacionalização e excelência, se for ignorado o *contributo fundamental que os doutorandos têm dado para o desenvolvimento da investigação* realizada nas universidades. Do mesmo modo que não é possível apreender, adequadamente, o surgimento e a consolidação de *novos domínios de formação avançada*, caso se ignore o papel que a organização de programas doutorais tem nesse processo.

Tanto na perspectiva do ensino como na perspectiva da investigação, os doutoramentos têm por isso significado uma parcela muito relevante dos *resultados decorrentes da avaliação das universidades*, ao alimentar um conjunto de indicadores em que essa avaliação se baseia. Com efeito, a avaliação das instituições reflecte, crescentemente, muito do trabalho desenvolvido por doutorandos, tanto no contexto da sua *formação académica* e da sua *participação em projectos*, como no âmbito da sua actividade enquanto *bolseiros de investigação*, o que por si só deveria constituir razão suficiente para um maior reconhecimento do seu contributo na posição que as universidades obtêm, em *rankings* de comparação nacionais e internacionais, face às suas congéneres.¹

É neste contexto que, na Universidade de Coimbra, deveremos suscitar algumas *perplexidades*. Por um lado, constatamos que a sua afirmação, atracção, crescimento e desenvolvimento depende cada vez mais da capacidade para ampliar, inovar e consolidar a *oferta de estudos avançados* e as *actividades da investigação*. Mas por outro lado, simultaneamente, deparmo-nos com uma manifesta *falta de consciencialização* relativamente ao papel e ao lugar que os doutorandos ocupam no cumprimento de tais metas e objectivos.

De facto, as faculdades em geral (e ainda que em graus por vezes muito diferenciados), continuam em larga medida *relativamente indiferentes, em termos institucionais, ao que significam hoje os doutoramentos*, vivendo o seu quotidiano como se a especificidade destes alunos não reclamasse uma adaptação tangível e estrutural no modo como funcionam e se organizam.

Algo idêntico sucede, de resto, com muitos centros de investigação, que acolhem nos seus projectos alunos e bolseiros de doutoramento, mas que continuam a ver-se manietados e impossibilitados de lhes *proporcionar condições contratuais e de integração decentes*, gerando assim, e perpetuando, situações de profunda instabilidade e precariedade (muitas vezes de verdadeira exploração), que contribuem para o agravamento de reais desigualdades entre os doutorandos, afectos a diferentes áreas de conhecimento/formação de uma mesma instituição.

Num momento em que se coloca perante nós a **oportunidade de representação no Conselho Geral da Universidade de Coimbra**, a questão central que identificamos é, essencialmente, *uma questão de consciencialização*, não só das instituições mas também dos próprios estudantes, relativamente à *importância estratégica* de que os estudos avançados e a investigação se revestem nos dias de hoje para as universidades e suas unidades de investigação. Por isso, consideramos que:

Os estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra não podem continuar a pensar-se, e a encarar-se a si próprios, como elementos que apenas “orbitam” em redor das instituições onde estudam e investigam, isto é, como “alunos/investigadores de segunda” ou como segmento marginal, não integrante, da comunidade universitária em que se inserem.

Em nome dos seus próprios interesses, a Universidade de Coimbra não pode continuar a organizar-se sem reconhecer e assumir, de forma plena, substantiva e determinada, a importância dos doutoramentos (e da investigação que se lhes associa), decisiva para que esta instituição possa enfrentar os desafios com que se depara e nos quais joga a sua capacidade de afirmação perante outras instituições, nacionais e internacionais, de ensino superior.

¹ A partir de dados de 2008, o “World University Rankings” divulgado em Julho de 2009, coloca a Universidade de Coimbra no primeiro lugar das instituições de ensino superior em Portugal. Entre os indicadores utilizados encontra-se o número de publicações (*peer review*) e a relação entre o volume de investigação realizada e os recursos humanos que lhe estão afectos.

O acto eleitoral do próximo dia 30 de Março constitui, assim, um momento de singular importância, ao significar uma *oportunidade de constituir, de forma participada, a voz dos doutorandos* relativamente ao seu lugar e ao seu papel no futuro que importa construir e na responsabilidade que perante ele lhes cabe. Ao assegurar uma representação qualificada no Conselho Geral, estaremos seguramente a criar condições propícias ao **fomento do diálogo e da coesão entre todos nós**, imprescindíveis para concretizar um conjunto de mudanças fundamentais no quotidiano presente e futuro de estudantes e investigadores. Nestes termos, os **candidatos da Lista A compromete-se a** :

*Criar e fomentar mecanismos participados e permanentes de interligação, discussão e decisão, que suscitem nos estudantes de doutoramento uma **consciência de grupo** e a assumpção das suas responsabilidades pela qualificação dos estudos avançados e pela afirmação da universidade em que se inserem.*

*Contribuir para a **melhoria das condições** de ensino, de aprendizagem e de investigação, através de propostas conducentes à criação, adaptação e diversificação de espaços e serviços de apoio específicos para os alunos de doutoramento, susceptíveis de melhorar e qualificar as actividades que desenvolvem.*

*Equacionar e propor, através do diálogo com os restantes membros do Conselho Geral, soluções inovadoras, orientadas para o **aumento e dignificação do emprego científico** e para o combate activo às formas persistentes de precariedade contratual, tornando mais atractiva e positivamente diferenciadora a formação avançada e a investigação desenvolvida pelos alunos de doutoramento na Universidade de Coimbra.*

*Dar visibilidade aos problemas com que os doutorandos se deparam, promovendo a sua discussão e uma **maior transparência e uniformidade de critérios** relativamente a regras que as diferentes faculdades adoptam em diversos domínios (gestão de recursos financeiros provenientes das entidades financiadoras de bolsas de doutoramento e de investigação; procedimentos adoptados em actos de matrícula, pagamento de taxas e propinas; adequação do atendimento específico a alunos estrangeiros; apoio prestado na participação em congressos, etc.).*

A eleição, no próximo dia 30 de Março, do Representante dos Alunos de 3º ciclo no Conselho Geral constitui uma oportunidade indeclinável, para **todos os estudantes de doutoramento**, de dar uma resposta positiva à relevância crescente que têm vindo a adquirir na Universidade de Coimbra. A plena assumpção dessa responsabilidade colectiva passa, antes de mais, por uma **participação massiva no acto eleitoral que se avizinha**, de forma a sustentar, com solidez, a legitimidade democrática do representante dos doutorandos que vier a ser eleito. Os **candidatos da LISTA A** reafirmam, com este Manifesto Eleitoral, o compromisso perante o desafio que decidiram enfrentar e as propostas que nele se inscrevem.

Os Candidatos,
Nuno Serra, Inês Violante e Ana Raquel Matos

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS ALUNOS DE 3º CICLO
NO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LISTA A

CANDIDATOS

Nuno Serra

(efectivo)



Mestre em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1996), tendo apresentado a tese *"Estado, Território e Estratégias de Habitação"*. Prepara actualmente a dissertação de doutoramento *"A Economia e a Política na Cidade: Processos de Governação e Desenvolvimento Urbano"*, no âmbito do Programa Governação, Conhecimento e Inovação, da Faculdade de Economia.

Entre 1991 e 2000 exerceu funções de Assistente de Investigação, Investigador e Técnico de Laboratório no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tendo colaborado em diferentes núcleos e projectos. Entre 2000 e 2001 foi Assessor do Secretário de Estado do Ensino Superior do XIV Governo Constitucional e integrou, entre 2001 e 2004, a Estrutura de Apoio Técnico do PRODEP III, sendo responsável pela Acção 2.3- Promoção do Sucesso Educativo e da Qualidade/ Empregabilidade no Ensino Superior. Em 2004 ingressa na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde é hoje Técnico Superior Principal, tendo desempenhado as funções de Coordenador do Projecto de Desenvolvimento Local da Ameixoeira, integrado no Programa K'Cidade, e coordenado (entre 2006 e 2007) o Projecto Qual_Idade (Acção 2), financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Em 2008 exerceu, na Assembleia da República, as funções de Assessor Parlamentar do Bloco de Esquerda para as áreas da Educação e Ensino Superior. É membro (suplente) do Conselho Nacional de Educação, proposto pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e nomeado pela Assembleia da República. Actualmente, é Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

Inês Violante

(primeira suplente)



Licenciada em Bioquímica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2007), tendo apresentado a dissertação *"Novel approaches on 13C NMR Spectroscopy"*. Desenvolveu actividade de investigação no CSIC no Instituto Biomédico Alberto Sols, em Madrid, na área da Ressonância Magnética Nuclear (entre 2007 e 2008). Desde 2008 é estudante de doutoramento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), encontrando-se a preparar no projecto de investigação *"Visuospatial memory function in Neurofibromatosis type I: from genotypes to brain structural and functional connectivity"*.

Desenvolve actualmente o seu trabalho de investigação no Instituto Biomédico para Investigação em Luz e Imagem (IBILI) e no Centro de Neurociências de Coimbra (CNC). Os seus interesses científicos situam-se na área da Neurociência, especificamente nos mecanismos neuronais responsáveis por défices cognitivos.

Ana Raquel Matos

(segunda suplente)



Investigadora do Centro de Estudos Sociais, é actualmente bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Mestre em Sociologia, com a tese *"Activação, desemprego e cidadania: para uma avaliação crítica das políticas sociais activas"* (2000), frequenta actualmente o programa doutoral em Governação, Conhecimento e Inovação, da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, no âmbito do qual desenvolve o projecto investigação *"O povo é quem mais ordena? Para uma avaliação das metodologias participativas enquanto estratégias de (re)formulação de políticas públicas e enquanto ferramentas de (des)construção do conhecimento hegemónico"*. Colabora desde 1996 com o Centro de Estudos Sociais,

inicialmente como assistente de investigação no núcleo de Cidadania e Políticas Sociais e encontra-se, desde 2005, vinculada ao Núcleo sobre Ciência e Tecnologia em Sociedade. Entre 2000 e 2002 foi docente convidada no Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro e, entre 2002 e 2004, docente do Instituto Português de Marketing. Paralelamente à actividade docente, esteve sempre associada à investigação, nomeadamente a projectos financiados pelo POEFDS - eixo 5, na Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro (entre 2003 e 2005).

PRÓXIMA TERÇA-FEIRA, 30 DE MARÇO

Eleição do Representante dos Alunos do 3º ciclo (Doutoramentos) no Conselho Geral da Universidade de Coimbra

MESAS DE VOTO

A eleição do Representante dos Alunos do 3º ciclo (Doutoramento) no Conselho Geral da Universidade de Coimbra decorre dia **30 de Março de 2010**, entre as **10.00h e as 17.00h**. Três das **cinco mesas de voto** criadas para o efeito integram os alunos de doutoramento das diferentes faculdades. No acto eleitoral, os alunos terão que apresentar um dos seguintes documento de identificação admitidos pela Comissão Eleitoral: bilhete de identidade, cartão de aluno, passaporte ou carta de condução.

Mesa de Voto 1

Sala dos Conselhos do **Departamento de Matemática**

- Doutorandos da **Faculdade de Letras** (FLUC)
 - Doutorandos da **Faculdade de Direito** (FDUC)
 - Doutorandos da **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação** (FPCEUC)
 - Doutorandos da **Faculdade de Ciências e Tecnologia** (FCTUC), dos **Departamentos** de: Arquitectura; Ciências da Terra; Ciências da Vida; Física; Matemática; Química.
-

Mesa de Voto 2

Sala dos Conselhos dos **Serviços Centrais da Faculdade de Ciências e Tecnologia** (Pólo II, 2º Piso)

- Doutorandos da **Faculdade de Ciências e Tecnologia** (FCTUC), dos **Departamentos** de: Engenharia Civil; Engenharia Electrotécnica e de Computadores; Engenharia Informática; Engenharia Mecânica; Engenharia Química;
-

Mesa de Voto 3

Átrio da Subunidade I do **Pólo das Ciências da Saúde (Pólo III)**

- Doutorandos da **Faculdade de Medicina** (FMUC)
 - Doutorandos da **Faculdade de Farmácia** (FFUC)
-

Mesa de Voto 4

Sala dos Actos da Casa dos Limas (**Faculdade de Economia**)

- Doutorandos da **Faculdade de Economia** (FEUC)
-

Mesa de Voto 5

Átrio do Pavilhão 3 do Estádio Universitário (**Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física**)

- Doutorandos da **Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física** (FCDEFUC)
-

(<http://www.acabra.net/artigos/til-haver-conselheiros-externos>)

Eleição para o Conselho Geral - Representante do 3º ciclo

“É útil haver conselheiros externos”

Quarta, 24 de Março de 2010

por [Vasco Batista](#)

Apostar na dinamização entre os estudantes do 3º ciclo e privilegiar a relação entre investigação e ensino são alguns dos objectivos da Lista A, representada por Nuno Serra da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra



“É importante que o Conselho Geral não seja uma soma de interesses parciais e uma junção de interesses fechados que não conseguem comunicar uns com os outros”
Foto por Rafaela Carvalho

Porque é que te decidiste candidatar?

Não há nenhum estudante do 3º ciclo no Conselho Geral (CG). É fundamental essa presença. Os estudantes do 3º ciclo são já 6 por cento do total de alunos da Universidade de Coimbra (UC) e o crescimento tem sido significativo nos últimos anos. É um grupo de alunos disperso. É importante que a eleição do representante possa ajudar os doutorandos a criar uma dinâmica.

Quais são as principais bandeiras da lista?

A nossa intenção é criar uma dinâmica continuada de envolvimento dos colegas de 3º ciclo, isto é, que o lugar de representação do estudante de doutoramento pressuponha a criação de vias de comunicação. Aqui temos as novas tecnologias a ajudar imenso, para que as posições que tomarmos no CG sejam sempre resultado de uma discussão de estes alunos. Privilegiamos a relação entre investigação e ensino. Acreditamos que a universidade pode estar na primeira linha da defesa de condições de estabilidade para os estudantes que fazem investigação. Tenho colegas a participar em projectos de investigação. Muitas vezes iniciados com o próprio doutoramento e a saltar de projecto em projecto com bolsas de investigação a recibos verdes em situações extremamente precárias que se prolongam durante muito tempo. Uma fragilidade imensa. A universidade deve assumir a dignificação desta vertente e pode fazê-lo em vários planos. Reivindicando um quadro legal com soluções de estabilidade dos que estão a fazer investigação; promovendo a sua integração na universidade e nos centros de investigação dando um sinal ao Governo de que é possível apostar nesta dimensão. Este é um campo que achamos central. A nossa ideia é que a pertença ao CG seja sempre muito alimentada por uma discussão interna e sabemos que há muitos alunos a fazer uma parte do seu doutoramento no estrangeiro. Daí referir que uma forma que nos pode ajudar é a comunicação, porque a dispersão das pessoas é muito significativa.

Achas que tem havido uma falta de divulgação no trabalho feito pelo CG?

Devemos apostar na divulgação e no envolvimento das pessoas a todos os níveis. Nós pretendemos fazer isto, uma vez que nos candidatamos a representar o 3º ciclo. Provavelmente os colegas que estão já no CG e que representam o 1º e 2º ciclos penso que o tentarão fazer. E isso é fundamental. Não temos uma visão fechada sobre o papel que poderemos exercer no CG, ou seja, nós não estamos ali para representar exclusivamente os nossos interesses. Queremos contribuir construtiva e criticamente para a construção da universidade e para a sua afirmação no futuro. Pode haver um conjunto de matérias onde a articulação com os colegas dos outros ciclos seja fundamental. Se houver vontade de uma acção solidária para com os colegas na defesa de determinadas posições, estamos disponíveis. Temos uma visão de participar tendo em mente a universidade como um todo e não como um corpo fechado.

Vão fazer campanha?

O contacto vai ser através do correio electrónico e vamos realizar uma sessão aberta no dia 24 de Março a partir das 17h30 no Departamento de Física. É um momento importante para auscultar o que os alunos sentem e que expectativas têm relativamente ao CG. É importante que tenha aparecido outra lista. Permite um maior debate e assegura que a representação resulte de um processo eleitoral participado.

Grande parte do orçamento da UC foi conseguida à custa de receitas próprias. Que opinião tens quanto a estas verbas?

Revelam a abertura da universidade ao exterior, mas não devem ser o objectivo do financiamento. O peso das propinas nas receitas próprias das universidades chega aos 50 por cento. Os governos do PS e do PSD disseram que o contributo era a melhoria do ensino nas universidades. Foi uma grande mentira. As propinas

financiam o funcionamento corrente das instituições e as instituições têm que se socorrer desse dinheiro para continuar a funcionar. Nunca as receitas próprias, venham de propinas, venham de outras fontes não podem ser usadas como sinal da desresponsabilização do Estado em relação ao Ensino Superior.

Achas que é possível alterar o valor das propinas?

Há opções que têm de ser feitas. Há um princípio que poderia ser adoptado: a fixação de um tecto máximo do peso que as propinas podem ter para uma instituição. Neste momento anda à volta dos 15 por cento no. Há cerca de dez, 12 anos andava pelos 5 por cento.

Qual é a tua posição quanto ao número de estudantes que estão no CG?

Vamos ver se o número é escasso e se deve ser ou não aumentado. É importante que o CG não seja uma soma de interesses parciais e uma junção de interesses fechados que não conseguem comunicar uns com os outros. Se assim for, o bom funcionamento dos órgãos é este.

No CG existem dez elementos externos. Qual é a tua opinião quanto a este número?

O CG é constituído por 35 elementos, dez dos quais são externos. À partida não põe em causa a capacidade da instituição e dos seus membros decidirem. É útil haver conselheiros externos, mas não podem ter um poder de decisão maior do que a própria instituição.

O Processo de Bolonha foi implementado há dez anos. Que avaliação é que fazes?

Bolonha foi em muitos casos muito mal implementada. O que Bolonha contém de qualificação das condições de aprendizagem, de aprofundamento da relação entre os docentes e os alunos e de um ensino muito mais criativo do ponto de vista das formas como ele pode decorrer é o ponto principal. O mais significativo da transformação que Bolonha podia trazer foi aquele que foi menos conseguido. Em muitos casos fizemos uma reordenação das estruturas curriculares, sem o que Bolonha de melhor poderia trazer estivesse no centro da preocupação. Isto é, qualificar as condições de ensino de aprendizagem. A isto não é indiferente uma retracção financeira muito significativa vivida ao longo deste tempo por parte do estado central e que não ajudou absolutamente nada. Penso que o melhor objectivo era a qualificação das condições de ensino aprendizagem, inclusivamente a maior relação entre o ensino e a investigação e foi aquele que mais falhou. A restrição financeira que o ministério foi impondo ao longo do tempo impossibilitou que Bolonha fosse uma transformação muito positiva. A avaliação que faço é por isso com imensas dúvidas de que Bolonha tenha cumprido os seus objectivos.

Como é que vês o reforço orçamental materializado no Contrato de Confiança anunciado no início de este ano?

Veio tapar buracos. Não vem fazer uma mudança radical necessária nos mecanismos de financiamento do Ensino Superior. O ministério não pode andar constantemente com a rédea curta sobre as instituições. Ora dá dinheiro, ora corta. Quando as instituições chegam a uma situação insustentável, liberta um pouco mais de oxigénio para sobreviverem um pouco. Depois volta a retrain. É essencial começar a pensar numa forma de financiamento que seja plurianual das instituições. Para que possam ter um plano estratégico de desenvolvimento e possam saber com que recursos é que contam para ele num estado de tempo razoável. Nenhuma instituição pode programar bem o seu futuro e adivinhar a sua estratégia senão souber no dia seguinte se pode contar ou não com determinado financiamento. Mais do que estas injeções paliativas era muito importante dar condições para a instituição de financiamento plurianual que de resto o ministério reconhece às fundações. É um tratamento discricionário que o ministério faz porque permite a adopção de financiamentos plurianuais no caso das fundações, que é a figura preferida de organização do Ensino Superior do ministro Mariano Gago. Não conseguimos perceber porque é que essa possibilidade não é concedida também às instituições que não estão organizadas sob a forma de fundações.

Como é que vês a questão da Acção Social Escolar em Portugal?

O discurso do ministério é que: "isso é com as instituições". Nós damos o dinheiro, mas elas é que gerem. Uma melhor, outras pior. O Ensino Superior tem que criar uma lógica, nomeadamente no alojamento socialmente apoiado, muito mais significativo do que tem hoje. Até por outra razão: se queremos internacionalizar as universidades e acolher alunos estrangeiros, eu penso que é uma forma também de facilitar esta atracção de outros alunos. Deve ser garantido o princípio de que nenhum aluno é privado de ir para o Ensino Superior. Também o valor das bolsas da Fundação da Ciência e Tecnologia não é aumentado desde 2002. O valor mensal não chega a 1000 euros e muitas vezes as instituições são indiferentes quanto ao reconhecimento do grau. Como é que se pode defender a qualificação dos recursos humanos quando a aposta nas pessoas não é correspondente? Se a minha avaliação fosse inteiramente económica não tinha vindo fazer o doutoramento.

E como é que as universidades podem pressionar o governo?

Nos processos de negociação dos orçamentos em que a responsabilidade é de todos. Em primeira instância do governo, mas é também das instituições de dizer: "nós queremos que os alunos nunca desistam por dificuldades económicas". Têm de sensibilizar o governo face a isto. E têm inclusivamente que caracterizar qual é o tipo de carência em matéria de acção social que mais se verifica numa instituição e que podem numa instituição não ser necessariamente iguais aos de outra. Um problema gravíssimo do regulamento de bolsas é a discricionariedade com que ele é aplicado. Não é justo, porque é dada alguma autonomia às instituições para o gerir e aquilo que eu digo é que sem prejuízo dessa autonomia, há um patamar mínimo que tem de ser aplicado por todas as instituições. O mesmo aluno, no mesmo grau de necessidade de apoio social não pode ter uma resposta diferente consoante a instituição e em função dessa discricionariedade. O ministério não se pode demitir com o argumento da autonomia desta obrigação que o estado tem de tratar todos os seus cidadãos por igual.

Qual é a tua posição quanto ao RJIES?

Há um pressuposto que é a questão das fundações. E de facto a vontade do ministério é que as instituições passem a funcionar como fundações. Pode ser um aspecto muito crítico. Há uma ideia também de abertura das instituições ao exterior e a ideia de fundação traduz muito isto. Essa abertura é importante, mas não pode significar uma perda da autonomia da capacidade própria que essa instituição tem para reflectir sobre si mesma e para desenhar o seu futuro. Quando se diz “bom agora vão ter aqui um conjunto de personalidades que vão discutir convosco”, há que ver se não se traduz numa perda de autonomia. Este direito democrático, em que todos devem participar na discussão sobre o seu futuro e sobre a sua estratégia não pode ser diminuído com esta forma. É útil haver conselheiros externos, mas eles não podem ter um poder de decisão maior do que a própria instituição.

Achas que a UC corre o risco de se vir a tornar numa fundação?

Não vejo o valor acrescentado que isso traga. Se acontecer que seja uma decisão democrática e não uma imposição do ministério. O ministro privilegia quem avança e prejudica quem não está convencido de que é um bom modelo. Isto é inaceitável. As instituições têm o direito de reflectir quanto à forma de se organizarem e não podem ser coagidas a caminhar para um determinado modelo. Muitas das políticas do ministério nos últimos anos tem sido essa coação. Deve haver uma liberdade das instituições de reflectirem sobre qual é a melhor forma de se organizarem. Se nesse processo democrático que envolve todos, for decidido que o modelo da fundação é bom, ainda para mais se for participado e decidido por todos, então vamos a isso.

Uma das deliberações do CG foi a criação do Provedor de Estudante. Como é que vês esta figura?

Estou inteiramente de acordo com a sua criação. Há cerca de duas semanas tive conhecimento de um caso de um aluno que apenas conseguiu resolver a sua situação graças à intervenção do provedor. É uma pessoa que efectivamente está a assumir da forma esperada o seu papel.

Outra das funções do CG é a reestruturação de saberes na UC. Como é que pensas que está a ser tratada esta questão?

Está-se a precisar de fazer essa reflexão. Faz todo o sentido algumas das linhas de reorientação do ponto de vista do modo com elas se estruturam e aqui tal como o documento de partida que foi lançado para abrir esta discussão. Creio que este é o ponto mais importante: que haja uma discussão que envolva todos os membros da universidade. Pode corresponder a mudanças muito interessantes. A ideia é belíssima. Importa agora que ela abra uma discussão participada, porque pode ser um dos pontos essenciais para que a UC consiga dar um impulso maior à sua vontade de afirmação que é imprescindível. Os contornos valem a pena se resultaram de uma discussão muito participada e que envolva toda a gente.

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS ALUNOS DE 3º CICLO
NO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LISTA A

DECLARAÇÃO DE CANDIDATURA

(22 de Março de 2010)

Caros(as) Colegas Doutorandos(as),

Encontra-se em curso o processo conducente à Eleição do Representante dos Alunos do 3º ciclo para o Conselho Geral da Universidade de Coimbra, que culminará com o **acto eleitoral, a realizar no próximo dia 30 de Março**, entre as 10.00h e as 17.00h.

O Conselho Geral é um dos órgãos fundamentais do governo da universidade (a par do Reitor e do Conselho de Gestão), sendo composto por 35 membros, entre os quais **5 representantes de estudantes** (um deles do 3º ciclo e quatro do 1º e 2º ciclo). Das principais competências do Conselho Geral destaca-se a *eleição do Reitor, a apreciação dos actos do Reitor e do Conselho de Gestão, a proposta de iniciativas que o Conselho Geral considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade, bem como a aprovação das alterações dos Estatutos da Universidade*, uma vez ouvido o Senado.

O processo eleitoral constitui por conseguinte um importante momento para os(as) estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra, ao significar a possibilidade efectiva da sua representação no Conselho Geral, inconsequente que se revelou a tentativa de eleição anteriormente realizada. De facto, até à data, os trabalhos deste órgão têm decorrido sem poder contar com uma voz que represente os(as) estudantes do 3º ciclo.

Perante esta oportunidade de exercer o nosso direito de representação no Conselho Geral da Universidade, decidimos constituir e apresentar, à Comissão Eleitoral, a candidatura da **LISTA A** às **eleições** do próximo dia **30 de Março**, com a seguinte composição:

- ? Nuno Serra (efectivo) – Mestre em Geografia (Faculdade de Letras) e estudante do Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação (Faculdade de Economia);
- ? Inês Violante (primeira suplente) – Licenciada em Bioquímica (Faculdade de Ciências e Tecnologia) e estudante de Doutoramento em Ciências da Saúde (Faculdade de Medicina);
- ? Ana Raquel Matos (segunda suplente) – Mestre em Sociologia e estudante do Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação (Faculdade de Economia).

Ao apresentar publicamente, neste momento, a Declaração de Candidatura, queremos sublinhar duas ideias que nos parecem essenciais enquanto ponto de partida programático, com base nas quais pretendemos conhecer e aprofundar, de modo participado e abrangente, as preocupações e expectativas dos estudantes de doutoramento inscritos nas diferentes faculdades.

Em primeiro lugar, esta candidatura visa constituir-se enquanto resposta à necessidade de **fomentar uma maior e mais permanente relação e interligação entre os(as) estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra**. Num momento em que o desenvolvimento do ensino superior e da investigação científica realçam, como nunca, a importância decisiva dos estudos avançados, consideramos que importa reforçar os mecanismos de diálogo entre os(as) estudantes de doutoramento, de forma a que estes contribuam, de forma crítica e construtiva, para a afirmação das instituições a que pertencem.

Em segundo lugar, consideramos que, face à natureza dos estudos que desenvolvem, e enquanto membros integrantes de uma comunidade universitária, os(as) estudantes de doutoramento têm hoje particulares responsabilidades na **promoção, consolidação e qualificação da investigação científica** realizada nas instituições de ensino superior. Razão pela qual pretendemos colocar à discussão, no Conselho Geral da Universidade de Coimbra, a necessidade de combater as formas de precariedade contratual que teimosamente prevalecem, procurando **encontrar soluções justas, adequadas e consistentes em matéria de empregabilidade científica e de apoio financeiro** à investigação, particularmente em matéria de recursos humanos.

Assim, pretendendo que esta candidatura constitua um processo mobilizador e informado, **apelamos à participação de todos(as)** os(as) alunos(as) de doutoramento da Universidade de Coimbra:

- a) No acto eleitoral**, dirigindo-se para esse efeito às respectivas mesas de voto, abertas **entre as 10.00h e as 17.00h do dia 30 de Março**;
- b) Numa reunião aberta a todos(as) os(as) doutorandos(as)** da Universidade de Coimbra, tendo em vista recolher ideias e propostas, bem como discutir questões que nos preocupam, a realizar no dia **24 de Março, com início pelas 17.30h**, no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- c) Num grupo alargado de reflexão**, a constituir brevemente, tendo em vista estabelecer e fomentar mecanismos de comunicação regular entre os(as) alunos(as) das diferentes faculdades, procurando desse modo criar um espaço comum de discussão de questões relevantes para os estudantes de doutoramento da Universidade de Coimbra (a melhor forma de concretização deste grupo poderá ser discutida na reunião de 24 de Março).

Pretendemos assim que a candidatura da **LISTA A** ao visar a eleição do representante dos estudantes de 3º ciclo no Conselho Geral da Universidade de Coimbra, constitua um primeiro passo para o fomento de um diálogo permanente e da convergência de interesses entre todos nós.

Contamos com a participação de todos(as)!

Nuno Serra, Inês Violante e Ana Raquel Matos

LISTA A



eleições conselho geral
universidade coimbra
30 março

<http://www.listaa-cgeral-uc Coimbra.blogspot.com/>